



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 915/1999

“Dispõe sobre a criação do **Conselho Gestor do Programa de Habitação de Lajinha – PRO-HABITAR** e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado no Município de Lajinha o **Conselho Gestor do Programa de Habitação de Lajinha – PRO-HABITAR**, com o objetivo de dirigir em todas as instâncias as ações do Programa e principalmente, deliberar sobre a seleção dos beneficiários do Programa, planta básica de construção e planilha de custos.

Parágrafo Único – O regimento interno do Conselho Gestor do Programa de Habitação de Lajinha – PRO-HABITAR, deverá ser elaborado pelos seus membros e a aprovação por ato do Poder Executivo Municipal, que exercerá o direito de veto.

Art. 2º - O Conselho terá 21 membros assim distribuídos:

- I) 13 Vereadores;
- II) Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Lajinha;
- III) Presidente da ACCL;
- IV) Presidente da Sociedade São Vicente de Paula;
- V) Secretário Municipal de Administração;
- VI) Secretário Municipal da Fazenda;
- VII) Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social;
- VIII) Um representante dos Conselhos Comunitários do Município;
- IX) Presidente da ACIAL.

Art. 3º - O Presidente do Conselho será sempre exercido por um Vereador indicado pelo Plenário da Câmara.

Art. 4º - O Vice-Presidente será eleito entre os demais membros do Conselho por maioria simples de votos.

Art. 5º - O Secretário será eleito entre os Secretários Municipais.

Art. 6º - O mandato dos membros do Conselho será de 2 anos, encerrando sempre em 31 de Dezembro.

Art. 7º - As eleições ocorrerão com antecedência de 30 dias do final do mandato.

Art. 8º - Todos os cargos serão exercidos sem qualquer ônus pecuniário.

Art. 9º - O Conselho deliberará com a metade mais um de seus membros e as decisões tomadas por maioria simples dos presentes.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 10 – As reuniões ordinárias do Conselho serão mensais e extraordinariamente atendendo à convocação do Prefeito Municipal ou do Presidente.

Art. 11 – O Chefe do Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de até 60 dias por Decreto.

Art. 12 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO
DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE. (18-08-1999)

Ver. WALDIR AMBRÓSIO DA TRINDADE
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 30-08-1999, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo